

Vida, um periódico anarquista

Lincoln de Abreu Penna

Sem os utopistas do passado, os homens ainda viveriam miseravelmente e nus em cavernas. Foram os utopistas que traçaram as linhas da primeira cidade. Desgraçado do partido político que não tenha utopistas!

Dos sonhos generosos saem as realidades benfazejas. A utopia é o princípio de todo o progresso e o desenho de um futuro melhor.

Anatole France

A imprensa anarquista no Brasil esteve muito ativa nas duas primeiras décadas do século XX. Resultado da influência dessa filosofia política trazida pelos imigrantes europeus, os jornais e as publicações periódicas de ideólogos ou grupos ativistas dessa doutrina exerceram seu papel político. Difundiram as ideias dos mais diferentes pensadores anarquistas e analisavam os fatos com a perspicácia de quem detinha uma chave explicativa da Humanidade, assim mesmo, com H maiúsculo, como era próprio do ideário e de seus ideólogos.

Este ensaio se ocupa de um dos órgãos dessa imprensa. O mensário *A Vida*. O título é alusivo, como não poderia deixar de ser, à essência mesma de todos nós. Sua preservação com o mínimo de dignidade e satisfação era e é tratada como elemento primacial da concepção que teve Proudhon, Malatesta, Bakunin, Kropotkin, dentre outros, os seus mais destacados intérpretes. No Brasil, Fábio Luz, José Oiticica e Orlando Corrêa Lopes, foram à frente desta revista jornal, nomes a difundirem o ideário anarquista, seja através de suas páginas, ou mesmo em ações e manifestações de rua.

O surgimento de *A Vida* se dá num contexto de crise política e econômica na Europa a antecipar e acompanhar a Grande Guerra iniciada no ano em que a

revista vem a público, 1914. Mas a crise não afeta apenas os países europeus, atinge o mundo e o Brasil não poderia escapar de suas consequências.

A Vida circulava sempre no último dia do mês, tinha sede na rua Uruguaiana, Rio de Janeiro, e seu primeiro número data de 30 de novembro de 1914. Sob forma de revista, continha artigos de conteúdo doutrinário e alusivo à situação política, além de editorial intitulado *Crônica subversiva* antecedendo o subtítulo *As ideias e os fatos* também mantidos em todos os números desse periódico. Essas menções tinham o objetivo de deixar claro tratar-se de um órgão de opinião contrária aos interesses do poder, e de que as ideias se encontravam relacionadas aos fatos, não sendo, portanto, meras especulações.

No plano internacional a Grande Guerra, acompanhada pelo mensário anarquista, ganhara a atenção dos seus articulistas, todos ou quase todos anarquistas ou próximos do anarquismo. Enquanto isso, no âmbito nacional assumia a presidência Wenceslau Brás. Sobre isto o primeiro editorial se perguntava se haveria realmente um grande interesse a mudança de presidente da República. E os próprios editorialistas respondem:

Medite o povo nos fatos que estão ocorrendo e verá que é preciso combater não os homens, mas o regime. O que é preciso não é mudar de governantes, de senhores, mas combater e aniquilá-los, sejam eles quais forem, de toga ou de farda.¹

Uma das seções constantes desse periódico era a das bibliografias a respeito da questão social. Livros de autores nacionais recém lançados ou que já figuravam no elenco de obras relativas à classe operária ou aos estudos das questões sociais eram, ao lado de folhetos impressos, relacionados para orientar os leitores ávidos de leituras que os fundamentassem acerca do movimento dos trabalhadores. Nesta primeira edição, as referências ao *O socialismo* de Abreu Lima fora mencionado e sobre ele um breve resumo seguia à indicação dos editores aos seus leitores. Com ele também figuravam o livro *Apontamentos de Direito Operário*, de Evaristo de Moraes, e ainda mais quatro outras sugestões, todas vinculadas a temas do trabalho e do interesse dos trabalhadores e militantes do movimento anarquista no Brasil.

A presença de colaboradores e suas colunas opinativas, como Fábio Luz e José Oiticica, dentre outros, enriqueceram o primeiro número da revista, mas dois outros artigos chamam a atenção do leitor. O de Primitivo Soares intitulado *O objetivo dos deuses e o ideal dos demagogos*, no qual o autor critica os fundamentos da doutrina positivista; e, *A conflagração europeia. Os trabalhadores e a greve*, sem crédito de autoria, provavelmente da lavra de Efreu Lima, já que o anterior é assinado por ele. Em ambos os embates doutrinários, filosóficos e políticos têm guarida.

No que se refere ao primeiro, o artigo é concluído com um parágrafo bem significativo do combate dos ideólogos anarquistas no campo das ideias, quando seu

autor diz de forma categórica, após o exame dos fenômenos sociais submetidos à ótica das diferentes doutrinas existentes sobre a humanidade:

(...) todas as filosofias, doutrinas ou dogmas que não tenham por princípio a mediata revolução intelectual dos povos, e o aceleramento da revolução econômica e social, no sentido da mais perfeita igualdade e da mais estrita justiça, carecem de valor e não merecem a menor atenção, salvo se for afim de conhecê-las para melhor destruí-las.²

Na outra, referente à guerra que se travava nos campos europeus, o caráter pedagógico do texto é de chamar atenção. Além de lançar mão de uma linguagem acessível ao leitor menos familiarizado com as informações sobre a guerra, o autor destaca subitens de sua análise, por si sós, de grande valia para a compreensão do conteúdo da mensagem. Principia com a pergunta, *por que existem guerras?*, em seguida destaca num sentido prospectivo: *após a maior guerra do mundo, virá a maior revolução do mundo?* A lógica pertinente e consoante com a doutrina anarquista sugere que o leitor pense nos possíveis desdobramentos da guerra. Mais adiante outro título, desta vez sob a forma de um *lead*, isto é um destaque a ser explicitado no corpo do texto. *A guerra produz a miséria e são os trabalhadores quem mais sofrem os seus efeitos.* E dois outros subitens completam o artigo. São eles: *como se poderá acabar com as guerras e as guerras são um efeito da concorrência comercial.*

Os editores de *A Vida* tinham apreço pelo debate de ideias, longe da imagem que foi construída ideologicamente pelos ideólogos das classes dominantes sobre os anarquistas. Esta imagem costuma apresentá-los, até hoje, como ativistas fanatizados, verdadeiros arruaceiros e, portanto, incapazes de conviverem com as diferenças de opiniões. Ledo engano. Um exemplo desse apreço, no campo das concepções doutrinárias, está presente já no segundo número da revista.

Quando do lançamento do primeiro número, a direção da revista encaminhou exemplares aos mais diversos leitores vinculados, muitos deles, a orientações filosóficas e doutrinárias distintas e até opostas ao anarquismo. E uma das entidades que receberam, a título de divulgação da publicação anarquista, foi o Apostolado Positivista. Raimundo Teixeira Mendes, que juntamente com Miguel Lemos formava o núcleo pensante e dirigente do credo fundado por Augusto Comte, respondeu com civilidade o envio de *Vida*, mas logo no primeiro parágrafo a recepção foi contundente: “sentimos dizer-vos que não nos é lícito auxiliar a vossa propaganda”, e desfila uma longa explicação de caráter doutrinário para não fazê-la.

A simples transcrição na íntegra de uma carta de um dos principais doutrinários do positivismo, com dizeres alusivos aos motivos de ordem filosófica e ideológica para devolver a revista aos seus responsáveis demonstra, cabalmente, a tolerância desse grupo de anarquista em face dos seus mais severos adversários de ideários. Diametralmente

opostos, a elegante querela entre os doutrinários representou, naquele momento, um exemplo de como o diálogo é possível, mesmo quando aparenta ser impertinente ou de difícil consecução. Afinal, tratava-se de um periódico voltado para a difusão dos princípios caros ao ideário anarquista e, não obstante, não deixou de transcrever a citada carta de Miguel Lemos. Antes de completar o arrazoado doutrinário, o missivista toca na questão crucial do ponto de vista da concepção anarquista, a que se refere ao princípio da ação direta, particularmente as ações grevistas.

(...) não há sofisma que impeça de reconhecer que uma greve é sempre um mal causado à Humanidade, pois que então os pendores egoístas acham-se exacerbados nos proletários como nos patrões e no conjunto do público, além de que é lesado o capital da Humanidade, – confiado na realidade à guarda do proletariado e dos patrões, deixando o proletário de produzir e continuando entretanto a consumir. A objeção das culpas dos patrões, – supondo que as culpas alegadas sejam reais, – não altera a culpa do proletário que se recusa a trabalhar.³

A ação direta dos anarquistas, método e forma de luta típica do movimento, foi objeto de reparo nas linhas transcritas pelo doutrinário Miguel Lemos. Esse embate entre os positivistas e os anarquistas não foi o único nessa quadra da história política brasileira. O cunho professoral dos termos com os quais foi embasada a crítica às atitudes da ação dos anarquistas, tendo como centro a questão da greve, sem dúvida marcaria o divisor de águas e, em consequência, a própria impossibilidade de se desenvolver uma troca de ideias minimamente profícua para ambos os lados.

O princípio positivista de tomar a Humanidade, sempre com h maiúsculo, como referência e destinatária do comportamento dos indivíduos, na suposta crença de que sua existência unificava eventuais diferenças e desigualdades entre os homens, não poderia ser considerada pelos anarquistas. Quem lutasse, como eles, em prol de um mundo de igualdade e sem autoridade a disciplinar as ações impulsionadas pelo desejo de justiça social, não poderia submeter-se ao cumprimento desse postulado.

Mas a proposta de harmonia não podia, evidentemente, atender às proposições anarquistas, que no terceiro número de *A Vida*, e num artigo assinado por Orlando Corrêa Lopes intitulado *Continue a agitação!*, preconiza exatamente a ação permanente na perspectiva não da harmonia mas da mudança da ordem. Ou melhor, de sua destruição em nome da verdadeira concórdia humanitária e social. Em seu texto o articulista começa a afirmar: “Ninguém vive contente.” E alude à diferença entre os conservadores e os revolucionários. Enquanto os primeiros apelam para a ordem, no sentido da manutenção das estruturas políticas e institucionais, os revolucionários apostam no futuro, a olhar para frente os horizontes de uma nova sociedade. E conclui dizendo:

A agitação é a vida contínua, pois a agitação, que em breve em vez de ser em torno das pretensões de mando de qualquer dos magnatas da política, será em prol da reivindicação dos direitos do homem, contra a lei e contra a autoridade, esses dois flagelos da sociedade, postos ao serviço da opressão e da tirania.⁴

Vida manteve essa coerência com o valor do movimento grevista de maneira permanente e convincente. Aludia a todas as greves. Durante a Grande Guerra, não deixava de noticiar e apoiar os trabalhadores europeus em seus movimentos paredistas. Confrontava a guerra com a greve, chamando atenção para o fato de a primeira produzir a miséria, tanto humana como material, dos povos; ao passo que a greve dignificava-os. Este espírito determinado de verdadeira convocação à luta e as consequências que dela poderiam advir, marcaria, por sinal, a atitude da imprensa anarquista e, em particular, do periódico em questão.

Mais do que noticioso, A Vida foi um periódico doutrinário centrado na atualidade dos fatos que influíram as decisões de um país ainda marcadamente agrário e exportador, situado no contexto de um neocolonialismo visceral. Claro que as poucas indústrias da época foram responsáveis pela formação de um proletariado ainda incipiente, no que diz respeito à organização e consciência de classe. Esses elementos necessários à afirmação das lutas contra a opressão patronal começava a se constituir a partir da imigração, a trazer assalariados europeus e, com eles, a tradição de lutas de seus compatriotas nacionais, fossem italianos, espanhóis ou mesmo portugueses, não obstante na antiga metrópole as condições da classe operária não fosse tão distinta da que se formava no Brasil daqueles tempos.

Cabe registrar que a história do anarquismo no âmbito de suas ações internacionais pode ser dividida em cinco períodos, conforme um de seus estudiosos⁵. Começaria com Proudhon e os mutualistas, passando pela tentativa de criarem uma internacional anarquista, se estendendo até fins do século XIX quando tentam se integrar à Internacional Socialista, resultando sua expulsão, dando início a um quarto período esgotado durante a Grande Guerra de 1914, e finalmente, o último período de 1919 a 1939, dominado pelos anarcossindicalistas.

A necessidade de difusão do ideário anarquista resultaria na produção de inúmeros periódicos, dos quais, no Brasil, se destacaram o Guerra Social, A Plebe e A Lanterna, todos publicados nos primeiros anos do século XX, antes mesmo da hegemonia da tendência anarcossindicalista, que predominou após o grande conflito mundial de 1914 a 1918, época em que começam a ocorrer migrações das tendências anarquistas para o campo do comunismo, em grande parte incentivada pela vitória bolchevique na Rússia. No Brasil, surgiria um partido organizado por Edgard Leuenroth, denominado de Anarquista e Comunista, simbiose pouco comum no mundo ocidental e que explica a grande presença de ex-anarquistas na fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922.

Mas antes que essa convergência entre anarquistas e comunistas se produzisse, Vida foi, sem dúvida, o mais eloquente órgão difusor dos princípios filosóficos e ideológicos do anarquismo entre nós brasileiros. No *Catecismo anarquista*, publicado em seu “primeiro ponto” no terceiro número, sob forma de diálogo, há uma defesa das faculdades energéticas do ser humano. Aliás, nesta mesma edição, José Oiticica escrevera sob *O desperdício da energia feminina*, num dos primeiros textos em defesa do trabalho sadio e produtor da mulher. Mas foi no *Catecismo* que os fundamentos dessa ideia de solidariedade e de mutualismo convergem para a defesa de meios que multiplicam a capacidade de produção sem exigir sacrifícios, só possível numa sociedade de fraternidade universal, único caminho para o conagraamento da Humanidade. Alguns trechos desse artigo são expressivos.

Qual é então o ideal anarquista?

É conseguir a maior felicidade relativa para todos os homens. Se nunca poderemos evitar a morte, nem os desastres, nem curar todas as moléstias, nem suprimir todos os crimes, nem extinguir todos os vícios, temos a convicção de que havemos de reduzir tudo isso ao mínimo possível, ao mínimo por assim dizer, orgânico.

Pode então agora caracterizar melhor o ideal anarquista?

Posso. A anarquia procura inaugurar na Terra um regime social em que as energias humanas sejam poupadas o mais possível e os desperdícios reduzidos ao mínimo.⁶

Entremeando os postulados doutrinários com a defesa intransigente de causas relativas às demandas dos trabalhadores, os articulistas de A Vida não só davam os seus testemunhos a respeito de ideias a favor de projetos transformadores, como denunciavam os entraves conservadores da sociedade brasileira de então. Vivia-se, à época, um período de restrições, repressões e de atitudes arredias diante de proposições que visassem mudanças substanciais no país. Assim era, em síntese, a Primeira República imersa numa severa estratificação social e presa às malhas dos grandes proprietários de terras ainda fortemente instalados no aparelho de estado.

O advento da Grande Guerra (1914-1918) modificaria esse panorama. As forças sociais emergentes, das quais além do proletariado urbano se somava um segmento de classe média com fina sintonia nas ideias progressistas de renovação, cujo aparato mais decisivo se encontrava no Exército nacional, começaram a se inteirar e a participar com mais frequência na vida política do Brasil agroexportador, mas cujo esforço na adoção de uma política de substituição de exportações, em função dos desdobramentos da guerra, faria surgir esses novos atores sociais e políticos. O tenentismo, por exemplo, dos anos da década de 1920, são decorrentes representações de suas presenças na cena política nacional.

Mas enquanto esses setores emergentes da sociedade brasileira da época desenvolviam suas demandas a partir de concepções ora corporativistas, ora reformistas, sem bulir na essência mesma das estruturas de dominação e exploração, A Vida chamava atenção para este aspecto central: a necessidade de transformar a sociedade e não apenas reformar certos elementos de uma engrenagem montada para preservar interesses dos que detinham o poder político e, naturalmente, econômico. Um dos mais assíduos articulistas do periódico anarquista, Orlando Corrêa Lopes, assim termina o seu arrazoado em mais um de seus artigos:

Eleger governantes honestos para moralizar a política e a administração é a mesma coisa que casar os reis com camponesas para produzirem reis populares. Não; a causa das nossas desgraças não está nos homens, mas na atual organização da sociedade.

E é preciso notar que esse mal não existe somente no Brasil; em toda a parte é a mesma coisa.

A guerra europeia veio demonstrar que a sociedade humana não pode manter-se sob o atual regime econômico-político, isto é, sob uma organização baseada na exploração do homem pelo homem, na luta de um contra todos, no direito do mais forte, desprezados o apoio mútuo e a solidariedade.

O que é preciso é transformar e não reformar.⁷

Pouco tempo depois, já no início da década de 1920, os tenentes iniciam um ciclo de levantes insurrecionais preconizando reformas nos poderes constituintes. Tanto na manifestação de contestação ocorrida no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, em 1922, quanto no movimento sedicioso de São Paulo, iniciado em 1924 e em seguida prolongado com a Coluna Prestes, a percorrer grande parte do território brasileiro, a bandeira do tenentismo foi reformista. Mesmo que as formas de luta tenham empregado ações de cunho revolucionário, o objetivo dos tenentes era o de substituir as autoridades que desonravam os interesses populares por homens honrados.

Influenciados na Escola Militar pelos apologistas do positivismo, os cadetes desde os primeiros momentos da República já se fundamentavam nos princípios doutrinários da filosofia de Comte. A própria afinidade com as expressões tais como hierarquia das ciências, que aplicada às corporações militares tinha tudo a ver, e a disciplina, igualmente cultivada ao extremo pelos cidadãos fardados, fizeram dos militares adeptos fervorosos dos postulados do positivismo. Aliás, a resposta dos editores de A Vida à carta endereçada por Miguel Lemos à redação e integralmente transcrita, como foi mencionado anteriormente, receberia resposta alentada no número 5, sob o título de *Positivismo e anarquismo*. Algumas passagens desse comentário merecem destaque, a começar pelo reparo feito logo nos primeiros parágrafos, quando o responsável pela resposta diz:

O que, entretanto, é de lamentar é que os discípulos de Augusto Comte se limitem à leitura das obras do grande filósofo, conservando-se completamente estranhos a tudo quanto se produziu depois dele.

Dotado de um orgulho desmedido, o grande filósofo de Montpellier, não admitiu que houvesse alguém capaz de modificar a sua obra. Estava convencido de que dissera a última palavra. Ninguém como ele desvendara com mais clareza o passado e previra com mais segurança o futuro.

Em religião, em ciência e em política, nada mais havia a fazer; ele fizera tudo.⁸

É oportuno mencionar o reparo acima, muito bem observado pelo articulista do texto, porque se imputa aos anarquistas a pecha de serem os anarquistas dogmáticos e surdos aos argumentos alheios, normalmente, ainda segundo essas pechas, a adotarem uma atitude de certo desprezo pela argumentação dos que se opõem às suas ideias. A Vida dá um testemunho de como tal avaliação é injusta. Além de exibir em todas as suas edições listas de livros alusivos à temática anarquista, mas também às ideias filosóficas e políticas, de um modo geral, demonstrava receptividade diante do contraditório, o que por si só denota a ausência de sectarismo entre eles.

A confusão entre defesa de seus postulados com dogmatismo era fruto de uma mal disfarçada campanha ideológica das classes dominantes e dos seus adversários políticos, muitos dos quais a usarem expressões de condenação muito próximas dos que detinham o poder político. Os anarquistas de A Vida faziam política com argumentos doutrinários, e os justificavam sem que dessa forma possam ser enquadrados, pejorativamente, apenas como meros agitadores inconsequentes. À época, é importante que se diga isto, as formas de inserção na vida política do país eram restritas. Pouco restava às forças defensoras de mudanças substanciais senão a denúncia e o emprego de métodos de agitação e propaganda. E nisso, os anarquistas eram mestres.

Os anarquistas ensinaram na publicação deste periódico temas de alto teor reflexivo, que sob certos aspectos antecipariam discussões que passaram a ter relevância em tempos bem posteriores, e ainda são de grande atualidade. Assim foi na edição em que publicaram artigo sobre o individualismo e sua relação com o altruísmo. Comentário a encerrar de vez a pecha de meros agitadores sem consistência e sensibilidade para com os fenômenos e comportamentos humanos. Eis algumas das ideias sobre essa questão contida no referido artigo.

É um argumento habitual opor o individualismo ao altruísmo e vice-versa. Os individualistas horripilam-se à simples vista da palavra altruísmo; e em presença dos exageros individualistas, muitos comunistas nada mais querem ouvir sobre a tese individualista.

E entretanto, a meu ver, individualismo e altruísmo confundem-se de tal maneira que é impossível separá-los. O abuso, o erro das teses está em fazer

abstrações, isto é, em separar as qualidades, as propriedades ou os aspectos de uma mesma coisa. A abstração é uma operação de espírito, necessária à facilidade do estudo, mas é também uma das maiores causas de erro.

Vou entrar no assunto, e, para me fazer compreender melhor, começo por um exemplo. Fiquei estupefato ao ler num manifesto do Comitê antiparlamentar (1910), em baixo do qual se achava meu nome, uma frase onde se dizia que o dever dos operários era aderir aos seus respectivos sindicatos.

O dever! É o sofisma mais reacionário que conheço, o que serve melhor para encobrir qualquer servidão. (...)

O egoísmo é um sinal de fraqueza, é um meio de defesa para os fracos.

A solidariedade altruísta, como necessidade de expansão é o mais elevado sinal de nosso valor individual. É portanto o individualismo em mais alta potência. Se solidarizamos com os sofredores, com os proletários, por exemplo, é talvez por interesse, se nós mesmos somos proletários – mas é também por prazer moral – e é unicamente por prazer moral para os que dentre nós não são proletários.⁹

Maré Pierrot é quem assina este artigo, que entre outras virtudes possui a de não generalizar o uso de vocábulos, de modo a simplificar seu emprego. É o caso do individualismo. Ele pode ser nefasto ou não de acordo com a situação na qual esteja sendo praticado. Mesmo não tendo necessariamente a dialética como método norteador, os anarquistas de Vida tinham a faculdade de saber, como poucos, tornar inteligível, racional, seus argumentos. E este artigo como tantos outros demonstrara quão boa e frutífera a leitura dessa folha mensal.

Mas nessa mesma edição, a de abril de 1915, há um texto de D.R.F. sobre a relação entre guerra e anarquia. Depois de fazer menção às proposições de Kropotkine acerca de como tomar partido da guerra, aludindo aos camaradas das nações latinas para que estes se unissem contra a Alemanha, o autor trata do Brasil nesse contexto. Para ele, era conveniente o prolongamento da guerra. E por que? A resposta vem logo a seguir. “Lembremo-nos de que a guerra desorganiza o comércio e a indústria muito mais profunda e profícua do que a greve.” E mais adiante sentencia: “Quanto às nossas ideias, nós voltaremos armados e discutiremos em igualdade de condições. Há tempo e há a fatalidade social. Quem esperar os frutos da anarquia e o gozo da vida futura sem combate, é ingênuo ou louco”.¹⁰

A questão da luta contínua e da ação direta, dois legados da tradição anarquista, representou um marco das lutas sociais mundo afora. Opunham-se a visão fabiana do processo natural, que entendia o progresso e o avanço das conquistas sociais como progressivas, evolutivas, a sugerir praticamente sua inevitabilidade e, logo, a inutilidade da luta determinada dos oprimidos. Tanto na vertente socialista quanto social-democrata, este postulado fabiano esteve presente no limiar do século XX. Em paralelo a essa

tendência, surgiria também uma outra, a nacionalista, que colocava em segundo plano o internacionalismo ao dar primazia à defesa dos interesses nacionais por parte dos trabalhadores. Assim, por ocasião da Grande Guerra, a social-democracia dividiu-se em face da guerra. Coube a Lênin entender a prevalência do internacionalismo proletário sobre as questões nacionais, por se tratar de uma guerra interimperialista. E, neste ponto, os anarquistas estiveram compartilhando a mesma concepção da guerra, ao destacar o fato de Estados se confrontarem, entidades opressoras que em nada contribuem para a Humanidade e os interesses dos povos do mundo todo. A atitude perante a guerra foi o único ponto comum entre comunistas e anarquistas, a despeito de interpretações distintas sobre o papel dos Estados e a guerra em si.

Mas o que confere força a atitude ativa e determinada dos anarquistas é o seu fundamento primário, que se encontra na origem das ideias de Proudhon. E essa ideia motriz está contida em sua obra *A idéia geral sobre a Revolução no século XIX*, de 1850. Nela, o filósofo francês faz referência ao processo revolucionário, cuja existência é não só desejada como necessária. Ela é natural, porque não pode ser evitada. Contudo, e diferente da concepção evolucionista e fabiana, o processo revolucionário implica em atitudes afirmativas em face dele, de modo a impulsioná-lo na direção das transformações sociais. Não há precisão de instituições, mas de associações, leves, independentes e ativas na tarefa de tornar seus integrantes partes de um todo orgânico, porém não cristalizado, tendendo à imobilidade.

Obra essencial da filosofia política anarquista, introduziu o ataque, a iniciativa na esfera da ação política, instrumento de mobilização e de ação permanentes em busca dos objetivos igualmente permanentes da revolução, a contínua e sempre crescente intensificação das transformações sociais. Segundo Proudhon, os adeptos de suas concepções não estariam autorizados a criarem um partido que o tomasse como patrono. Pertencer a um partido *proudhoniano*, ou o nome que tivesse, era irrelevante, pois não aceitava a ideia de ter uma espécie de clube a cultivar seus pensamentos. Queria, sim, que seus partidários agissem, e para isso poderiam se vincular a qualquer partido, desde que estes não tolhessem a ação, a luta permanente de seus membros.

Os textos dos principais teóricos do anarquismo foram produzidos, em grande medida, durante o período no qual o capitalismo transitava de sua forma liberal, industrial, para a forma monopolista e imperialista. E nessas regiões onde as relações de produção capitalistas avançavam no sentido dessa transição, o ideário anarquista começava a ser combatido pelas forças sociais voltadas mais para formas de organização dirigidas e fortemente centralizadas, como a da social-democracia e, posteriormente, dos comunistas. O anarquismo continuava forte e com alguma influência na periferia desse sistema do capital, como nas regiões submetidas ao seu domínio econômico e financeiro. Nesse processo o anarquismo ou se transforma em adversário dessas novas organizações políticas e partidárias, ou perde o papel de liderança junto à comunidade de assalariados, como aconteceu no Brasil. No

caso brasileiro, aliás, a tendência anarcossindicalista simplesmente migrou para a Internacional Comunista, com a fundação da seção da entidade a qual originou o Partido Comunista do Brasil, em 1922.

O individualismo, na interpretação anarquista, acabou por incentivar o voluntarismo, atitude típica de um militante da causa. Afinal, não pretendendo organizar-se em partido ou mesmo em movimento com alguma direção normativa, os anarquistas exaltavam a capacidade de iniciativa de seus adeptos na arena política. Partiam do pressuposto de que o indivíduo munido das informações, da educação anarquista, era capaz de mover-se nos processos sociais independente de orientações prévias, de proposições tiradas de reuniões políticas, as resoluções, tão características dos partidos socialistas e comunistas, bem como de outros mais, não esquecendo os trabalhistas também. É por isso que afirmavam que o individualismo tende ao altruísmo, porque só o impulso generoso de se entregar à luta sozinho demonstrava o alto espírito de fraternidade em face de seus semelhantes.

Talvez por julgarem os anarquistas franco atiradores é que a imprensa burguesa à época atribuía aos ativistas anarquistas – “nossos pretensos anarquistas”, segundo o jornal – certas iniciativas tresloucadas, como os ataques contra autoridades representativas do poder de Estado. Na edição do mês de maio do ano que se está a examinar, foi publicada uma nota irônica do editor a respeito de notícia publicada num grande órgão da imprensa do Rio de Janeiro, então capital da República. De acordo com essa notícia, haveria uma conspiração anarquista para derrubar o presidente da República e demais autoridades. Diz a nota dos editorialistas diante da veiculação na grande imprensa dessa suposta conspiração.

Que idéia bizarra fará o talentoso repórter, de um anarquista? Naturalmente, a concepção que pode ter tal indivíduo é a seguinte: um anarquista é um sujeito de má catadura, filiado a uma sociedade secreta, cuja missão é atentar contra os chefes de estado. Ora, como talvez lhe tenha chegado aos ouvidos que aqui também há anarquistas que pregam abertamente suas idéias, não estão filiados a nenhuma sociedade secreta e não cometeram ainda nenhum atentado político, concluiu lógica e superiormente: qual...dizem-se anarquistas mas não o são. Já estourou alguma bomba de dinamite? Não, logo...onde não há bombas não pode haver anarquistas.

De hoje em diante, antes de nos dizermos anarquistas, devemos primeiro ir ao genial repórter da “Gazeta de Notícias” pedir um diploma.¹¹

Para os anarquistas, a Humanidade comporta uma dualidade no que se refere à condição humana. Há uma dimensão universal, que é responsável pela concepção de que todos os seres humanos são iguais, e uma dimensão individual – daí a defesa que fazem do individualismo – na qual os indivíduos exercem plena

liberdade de seus atos, sem as restrições de normas, leis ou quaisquer limitações. E em ambos os casos, a existência de instituições castradoras, como o Estado e seus aparelhos de controle, tolhem as faculdades criativas, inventivas e libertárias próprias dos seres humanos. Neste sentido, há quem considere que o anarquismo tenha sido e é até hoje um movimento mais de revolta contra a ordem do que um movimento revolucionário.¹²

Sem serem assumidamente dialéticos, os anarquistas ao compatibilizarem o individualismo como ativa expressão do ser humano com a coletiva consciência de pertencimento a uma espécie detentora de inteligência capaz de por em prática suas inúmeras faculdades motoras e intelectuais. Em termos práticos, essa integração a interagir o indivíduo e o coletivo humano, se manifesta através de duas atitudes: a ação voluntária de cada um e o princípio de que a totalidade dos seres é suficiente para levar adiante o sonho da realização plena de seus anseios e aspirações. E essas atitudes a combinar individualismo voltado para o altruísmo e este como resultado das ações individuais traduzem, efetivamente, a concepção dialética da história da Humanidade e, com isso, a própria consciência da História.

Vida soube levar adiante essa filosofia política, com competência e boa organização temática e artística. Seus artigos, suas matérias de fundo, as notas relativas a fatos de interesse do ideário anarquista, as sugestões bibliográficas e os pensamentos expressos por filósofos ou doutrinários do anarquismo, deram ao periódico não apenas a credibilidade de suas propostas mas, sobretudo, a garantia de que se constituiu como referência aos seus leitores e aos simpatizantes das ideias que soube divulgar. Mas o contexto da Grande Guerra, sem dúvida, contribuiu para a veracidade dos postulados anarquistas, já que o antimilitarismo naquele momento representava uma forte propaganda de sua doutrina.

No artigo da edição de dezembro de 1914, quando a guerra mal começara, o objetivo do confronto entre as grandes nações é dito com a simplicidade de quem tem consciência do que pretendem os protagonistas em ação. Inicia o texto com a frase prementória: “O móvel das guerras chamadas de conquista é o *tributo*. Chama-se tributo a quantia estipulada por um povo vencedor para ser pago por outro povo vencido.”¹³ Assim, o caráter capitalista, ou mais apropriadamente imperialista a envolver os conflitos internos do grande capital, espalhado em formações sociais a reivindicarem espaços de conquista e influência em nome de estados nacionais, essa era, na verdade a leitura dos anarquistas e dos que entendiam tratar-se de uma guerra que nada tinha a ver com os verdadeiros interesses dos povos.

Em outro artigo a respeito da guerra em curso na Europa, os esclarecimentos ao leitor sobre o significado dos interesses burgueses a usarem as referências nacionais e o patriotismo como justificativa para a guerra, são de tal modo convincentes, que Vida tornar-se-ia uma leitura não só proveitosa naquele momento como necessária. Ao contrário da grande imprensa burguesa a colocar eventuais diferenças entre as

nações, como explicação para o conflito, o periódico anarquista vai fundo na análise dos fatores realmente em jogo. Logo de início diz:

A burguesia justifica os seus armamentos nacionais com o célebre e idiota – *si vis pacem para bellum*. Quem quer a paz arme-se para a guerra. E a burguesia de cada país armou-se até os dentes, preparando a guerra com o fim de gozar a paz...Contra esta imbecilidade, ou velhacaria, sempre protestaram os internacionalistas retrucando que quem quer a paz deve começar por praticar a paz, por não preparar a guerra, por não se armar.¹⁴

É interessante que a tese da persuasão, ou da dissuasão, tão largamente utilizada pelos governos das grandes potências até hoje, costumam reiterar essa máxima, a do armamentismo preventivo contra possíveis ações bélicas de supostos inimigos, geralmente identificados por não aceitarem a tutela ou influência sobre seus países e a soberania de seus cidadãos. Mas o que torna ainda mais interessante no artigo é a menção do Brasil e dos outros países distantes daquela conflagração. Para isso, torna-se necessária a transcrição do trecho abaixo.

O mundo inteiro sofre com a guerra. A crise é universal. Todos os povos civilizados estão lutando com as mais graves dificuldades, – dificuldades resultantes da guerra. Mas por que? Que tem o Brasil, por exemplo, com a conflagração? Não é o Brasil uma nacionalidade independente? Então a Pátria Brasileira está à mercê das perturbações irrompidas noutras Pátrias? Os internacionalistas sempre afirmaram que não há tal independência de pátrias. Elas formam, todas, um conjunto de terras mutuamente dependentes, e a conflagração o está demonstrando palpavelmente. Pois a esta prova decorrente da conflagração chamam os burgueses a falência do internacionalismo...
Velhacos!¹⁵

A Vida acompanhou o desenrolar da guerra noticiando e comentando com o olhar crítico de sempre. Na edição de 31 de março de 1915 na *Crônica subversiva*, afirma não tratar de “uma guerra qualquer”, considerando o envolvimento dos países europeus, quase todos, e as implicações de seus efeitos para o funcionamento do sistema capitalista. Mas a atitude de combate aos senhores da guerra não se limitava ao caráter meramente de oposição cerrada, tampouco a um proselitismo político e de fundo ideológico. Informava sobre seus danos para a Humanidade, exemplificada em casos como o dos 300 alemães “que enlouqueceram na linha de fogo por passarem horas sem conta a tirotear sem um momento de descanso.”¹⁶

Nesta mesma edição, Primitivo Soares escreve o artigo *Contra a guerra e pela liberdade*, no qual se refere a uma “fobia coletiva” provocada pela atmosfera da guerra.

Todos, educadores, jornalistas, homens dedicados às leis, e naturalmente os políticos, passariam a ter uma relação de comprometimento com o uso dos recursos bélicos, como se tratasse de defenderem a pátria condenada e, em consequência, necessitada de defesa de sua sobrevivência. Assim, diz o articulista, “(A) noção dos mais belos ideais perdeu-se na bruma nacionalista”. Na verdade, a guerra havia criado uma cultura da sobrevivência, que passava obrigatoriamente pela destruição do inimigo, numa lógica absurda e de valores invertidos em relação àqueles que honraram a tradição humanista e dignificaram as grandes virtudes da Humanidade.

As palavras finais do artigo são mais do que eloquentes. Depois de lamentar a participação de alguns revolucionários na guerra, numa atitude inusitada para quem tinha consciência das razões do conflito e de considerar que a linha de conduta dos homens amantes da paz e da justiça social é a conquista da liberdade, o que passaria pelo ódio ao militarismo, o autor desse libelo contra a guerra finaliza.

Terminou, portanto, o momento de trégua dado aos sedentos de sangue e de ouro. Sem mais espera devemos iniciar uma formidável agitação contra a guerra e pela liberdade dos heróis que hoje são martirizados nas prisões e possivelmente pagarão com a vida o seu atrevimento de comunicar aos homens as suas aspirações de paz e de fraternidade.

Lutemos, trabalhadores de todo o orbe, lutemos contra a guerra, contra o despotismo burguês, recorrendo a todos os meios que nos são conhecidos, a palavra e a pena, a greve, o boicote, a sabotagem, a revolução.¹⁷

A guerra se encerrou quatro anos depois de seu início. Longa demais para quem esperava rápido desfecho. Mas a imprensa anarquista não só continuou a sua árdua tarefa de conscientização dos trabalhadores e assalariados a quem a revista se voltava, como cultivou entre seu público o antimilitarismo e o anticlericalismo em constantes matérias. E mesmo com o término da guerra, a atitude *antiguerreira* não foi deixada de lado, em função da associação entre guerra e capitalismo, da mesma forma que o combate ao militarismo e à religião compunha o cenário de um discurso anticapitalista. Mais do que campanha eventual, tratava-se de um aspecto saliente da luta política dos anarquistas e de sua imprensa militante.

O período que se estendeu do início do século a meados da década de 1920, foi marcado pela forte influência da tendência anarcossindicalista no Brasil. Vida não chega a refletir com clareza essa tendência, mas em algumas de suas edições a demonstração de certo desprezo em face do parlamento e das demais instituições era visível. Assim, o artigo publicado na edição de 31 de maio, há uma clara alusão ao caráter pouco produtivo do que o autor chama de “socialismo parlamentar”. O conteúdo é irônico e devastador quando evoca a associação entre socialismo e parlamento. “Que amável, extraordinária invenção o socialismo parlamentar!”, diz seu autor Alfredo Villa-Sêcca,

ao estranhar essa conjugação, algo imprópria para os adoradores da revolução como forma de contestação a tudo que sugerisse ordem instituída.

Revolução e rua, contestação *versus* ordem, agitação a contrariar debates e conchavos nas casas legislativas, eis as oposições mais comuns nas leituras políticas dos doutrinários e militantes anarquistas e seus parceiros os anarcossindicalistas, cuja diferença fundamental estava, no caso dos últimos, na crença de que os sindicatos livres de tutela seriam os embriões de uma nova sociedade libertária. E no artigo a sentença bem característica de seus ideólogos: “A rua é o único amigo certo do desgraçado (...) A rua pertence a *greve* e o comício, é da rua a barricada, a grande revolução será na rua.”¹⁸

Rua, espaço público, liberdade, eis a tríade anarquista

Por fim, e para não deixar escapar essa notável definição de seu conteúdo político, doutrinário e ideológico, cabe reproduzir um trecho alusivo à seção intitulada *Publicações recebidas*, na qual a revista se reporta a publicações periódicas que chegavam à redação de Vida. No número 7 num registro de recebimento do primeiro número do jornal O Rebate, surgido no dia 1º de maio em Maceió, Alagoas, também no ano de 1915, transcrevo esta pérola de definição, suficientemente clara para quem ainda confunde socialismo e anarquismo, ou de ambos têm o mesmo entendimento.

Da leitura do jornal, se depreende que seus redatores são ou têm tendências anarquistas, mas temem, talvez para não ferir suscetibilidades dos leitores, se declarem tal abertamente e falam vaga e confusamente em socialismo e luta contra o capitalismo em seu artigo de apresentação.

Até aí nada ou pouco temos que ver pois que se assim o fazem é porque o julgam convincente. Mas que, referindo-se a Vida dê-nos um qualificativo por demais genérico para se prestar a confusões, o de socialistas, isso é o que não podemos deixar passar sem protesto.

Não. Nós não somos simplesmente socialistas; somos socialistas anarquistas, ou mais precisamente, comunistas anarquistas. Fazemos questão da distinção porque a palavra socialismo é tomada mais comumente como um qualificativo de uma série de definições democráticas de que se servem para explorar o sentimentalismo das massas, os políticos profissionais e com os quais fazemos absoluta questão de não nos confundir. Nós gostamos muito de situações definidas.

Às claras, colegas. Somos comunistas anarquistas revolucionários¹⁹.

É sintomático que pouco depois, Edgard Leuenroth fundava o Partido Anarquista Comunista, numa simbiose incompreensível para os padrões da velha

social-democracia europeia, que antecederia à formação dos partidos comunistas daquele continente e profundamente avessos a quaisquer vínculos ou alianças com os anarquistas, haja vista as frequentes rusgas durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). O partido criado pelo então intelectual anarquista não prosperou, mas em 1922, era fundada a Seção Internacional Brasileira da Internacional Comunista (IC), que dera lugar ao Partido Comunista do Brasil, tendo como membros fundadores e dirigentes ex-anarquistas ou anarcossindicalistas, dentre os quais Astrojildo Pereira.

A propósito do primeiro secretário geral do PCB, no número 3 de A Vida ele colabora com o artigo denominado *O valor das leis e dos tribunais*. O conteúdo deste artigo referia-se ao processo eleitoral no antigo estado do Rio, cuja característica numa sociedade de classes e de forte componente senhorial era representada menos pelo voto popular do que pela força dos grupos encastelados no Estado, razão pela qual Astrojildo diria antes de tecer considerações acerca desse processo:

Quando os anarquistas afirmam que os tribunais e as leis são uma burla e um desaforo, os ingênuos, e os velhacos saltam logo a bradar, do alto da sua sapiência e da sua vacuidade, – “que não é possível a uma sociedade funcionar regularmente sem leis e sem juízes... – que isso é uma perigosa utopia, que isso seria deixar o campo aberto a todos os crimes, que isso seria a desordem... – que a lei, a sacrossanta Lei, e só a Lei pode estabelecer e regular a Ordem...” Ora, este caso do Estado do Rio vem precisamente juntar-se aos inumeráveis outros fatos, cujo estudo direto e despreconcebido serve de base às conclusões libertárias sobre o valor das leis e dos seus aplicantes e distribuidores.²⁰

Astrojildo iria mais tarde aderir ao comunismo, a exemplo de muitos de seus camaradas anarquistas ou anarcossindicalistas, mas a capacidade de indignar-se e de voltar-se sempre e corajosamente contra as normas e regulamentos restritivos das sociedades classistas permaneceu viva. E a crônica subversiva idem, tão coerente que ao reunir mais tarde seus escritos e suas resenhas literárias deu o nome de *Crítica impura*²¹.

Lincoln de Abreu Penna

Professor da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Notas

1. A Vida, 30 de novembro de 1915, Ano I, nº 1, p. 1.
2. A Vida, 30 de novembro de 1915, Ano I, nº 1, p. 12.
3. A Vida, 31 de dezembro, Ano I, nº 2, p. 4.
4. A Vida, Ano I, nº 3, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1915, p. 3-4.
5. Woodcock, Georges. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Tradução de Alice Miyashiro, Heitor Costa, José Arantes e Júlia Tattamanzy. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.

6. A Vida, 31 de janeiro, Ano I, nº 3, p. 12-13.
7. Orlando Corrêa Lopes. “Transformar e não reformar”, *Vida*, Ano I, nº 4, 28 de fevereiro de 1915, p. 32.
8. A Vida, Rio de Janeiro, 31 de março de 1915, Ano I, nº 5.
9. A Vida, “Sobre individualismo. A moral do prazer”. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1915, Ano I, nº 6, p. 3 e 4.
10. A Vida, Rio de Janeiro, 30 de abril, Ano I, nº 6, “A guerra e a anarquia (uma questão literal e de ponto de vista)”. p. 90.
11. A Vida, 31 de maio de 1915, “Um complô revolucionário”, Ano I, n. 7, p. 98.
12. George Woodcock. História das ideias e movimentos anarquistas, vol. 2. O Movimento, Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 289.
13. A Vida, 31 de dezembro de 1914, “A Conflagração Europeia. O móvel das guerras de conquista”, Ano I, nº 2, p. 11,
14. A Vida, 23 de fevereiro de Breves Considerações Antiguereiras. Ano I, nº 4, p. 37.
15. A Vida, op. cit., p. 37.
16. A Vida, 31 de março de 1915. “Crônica Subversiva”, Ano I, nº 5, p.1.
17. A Vida, 31 de março de 1915. “Contra a guerra e pela liberdade”, de Primitivo Soares, Ano I, nº 5, p. 9.
18. A Vida, 31 de maio de 1915, “O Socialismo parlamentar e a grande guerra”, Ano I, nº 7.
19. A Vida, de 31 de maio de 1915, Ano I, nº 7, p. 14.
20. A Vida, 31 de janeiro de 1915, Ano I, nº 3, p. 7.
21. Astrojildo Pereira. *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo*. São Paulo: Gov. Alagoas-Anita Garibaldi – Unicamp – AEL, 2006.
- CARONE, Edgard. *A II Internacional. Pelos seus congressos (1889-1914)*. São Paulo: Edusp/ Editora Anita Ltda, 1993.
- FEIJÓ, Martin Cezar. *O revolucionário cordial. Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*. São Paulo: Fapesp/Boitempo, 2001.
- GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A formação da classe trabalhadora. Movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor /Fundação José Bonifácio, 1988.
- LOPREATO, Christina Roquete. *O Espírito da Revolta, a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Fapesp/ Annablume, 2000.
- PEREIRA, Astrojildo. *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- WOODCOCK, Georges. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Tradução de Alice Miyashiro, Heitor Costa, José Arantes e Júlia Tattamanzy. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.

Resumo

Este ensaio trata do jornal A Vida de orientação anarquista. Periódico que circulou ao longo da segunda década do século XX, os artigos selecionados para efeito de análise constituíram-se de um conjunto de questões relativos à Grande Guerra e de seus efeitos na vida dos trabalhadores brasileiros. Mais do que panfletário, A Vida foi um jornal doutrinário, e contou com a participação de alguns intelectuais que professaram a filosofia anarquista ou a ela eram simpáticos.

Palavras-chave

Anarquismo; Ideologia; Política.

Resumé

Cet étude s'occupe du journal A Vida de perspective anarchiste. Périodique qui a circulé au long des premières années du vingtième siècle, Les articles ont formé un ensemble de questions sur la Grande Guerre et ses conséquences en la vie des travailleurs brésiliens. Plus que panfletaire, A Vida a été un journal doctrinaire, et a eu la participation des quelques intellectuelles qui ont véhiculé la philosophie anarchiste ou à elle ont été solidaires.

Mots-clés

Anarchisme; Idéologie; Politique.